



RECONSTRUINDO O MATO GROSSO DO SUL

ELEITORES(AS):

Apesar da mais longa recessão, do desemprego e da queda significativa da renda familiar, o sul-mato-grossense nunca perdeu a esperança por novos dias e por um futuro melhor.

Fazemos, em razão disso, um Plano de Esperança e, não, um ‘plano de governo’.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de nosso Estado prevê, para 2.019, um orçamento superior a 15 bilhões de reais.

Apesar do significativo montante, a população mais necessitada e já tão castigada, não vê o resultado dos serviços públicos.

Convivemos com a insegurança e com os péssimos serviços de educação e de saúde, vitimando os mais pobres e a classe média, enquanto mantém-se isenções e incentivos fiscais para grandes empresários que poucos retornos dão à sociedade, como tem noticiado a mídia regional.

Ventos de indignação sopram em nosso Estado e em nosso País. A reprovação dos governos em todas as esferas mostra a crise de representatividade e nenhum partido da velha guarda está apto a conduzir essas mudanças na estrutura do Estado, eis que tiveram esta oportunidade por décadas e demonstraram, além da incapacidade, a flagrante imoralidade na utilização dos recursos públicos.

O “balcão de negócios” na destinação desses recursos passou a ser uma constante nos últimos vinte anos, onde os atores do Estado advogam em causa própria e segundo a vontade do “grande capital”.

Diante desse desafio, apresentamos um programa eleitoral adaptado à realidade e que expressa a convergência a um programa participativo, inovando na forma de administrar nosso Estado.

Não custa reiterar que nós, do PSOL, temos lado: o lado dos trabalhadores e das trabalhadoras. Da mãe/pai jovem, chefe de família, que sustenta sua casa e seus filhos com um salário-mínimo; do policial que sai de sua casa para prestar serviço, sem saber se voltará a ver sua família; da(o) profissional de saúde e da(o) professora(or) que usam da criatividade para prover o que o Estado não provê; das mulheres, da negritude, dos indígenas e quilombolas, dos portadores de necessidades especiais, das LGBTQs e de todas as populações oprimidas.

Apresentamos uma alternativa a esse modelo de governar que só privilegia os milionários e as grandes empresas: um governo que priorize os que mais necessitam e coloque a vida e as pessoas em primeiro lugar, através da construção popular conquistada nos movimentos sociais, combatendo o conservadorismo, as oligarquias, a “mesmice” e a demagogia barata.

Assim, objetivando “reconstruir” nosso Estado, apresentamos os nomes de JOÃO ALFREDO e DINÁ FREITAS nesse ‘Plano de Esperança’, que não é um documento acabado, mas uma proposta inicial resumida, para, de forma eficiente, realizar uma verdadeira revolução democrática objetivando reconstruir o Mato Grosso do Sul.

“PLANO DE ESPERANÇA”

RECONSTRUINDO O MS

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

OBJETIVOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais do Estado de Mato Grosso do Sul:

I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária, sem quaisquer formas de discriminação;

II. Garantir o desenvolvimento estadual;

III. Reduzir as desigualdades sociais.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL
DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais do Estado de Mato Grosso do Sul:
I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária, sem quaisquer formas de discriminação;

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

1) O caos social e o descrédito em nossas instituições, além das injustiças e discriminações que ocorrem no dia-a-dia.

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Proteção aos direitos sociais, fortalecendo os instrumentos institucionais da cidadania, garantindo a universalização dos direitos da mulher, negros, LGBTQs, indígenas, quilombolas, portadores de necessidades especiais, etc., combatendo sistematicamente todas as formas de discriminação.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL
DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais do Estado de Mato Grosso do Sul:
II. Garantir o desenvolvimento estadual;

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Falta de oportunidades de emprego nas cidades e no campo.**
- 2) Falta de qualificação constante da mão-de-obra.**
- 3) Ausência de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Estímulo a novos investimentos públicos e privados nos setores estratégicos, sobretudo nas micros e pequenas empresas, com a criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária, fomento à agricultura familiar e assentamentos rurais, e**

- 3) Inserção de jovens, mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho, com a qualificação constante e estímulo às incubadoras e oferta de microcrédito.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais do Estado de Mato Grosso do Sul:
III. Reduzir as desigualdades sociais.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) O pobre cada vez mais pobre.
- 2) Grupos em situação de risco social cada vez mais notório.
- 3) Aumento da criminalidade.

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual;
- 2) Políticas públicas intensas, com proteção aos direitos sociais;
- 3) Campanhas constantes de combate à discriminação baseada em gênero, raça/etnia e orientação sexual, fortalecendo o papel da mulher;
- 4) Implantação de um plano Estadual (e estímulo aos Municípios) para o enfrentamento à exclusão social, incluindo a desigualdade de gênero junto às demais políticas públicas do Governo, e
- 5) Incluir a redução de desigualdade como uma política de Estado e, não, de governo.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 25. A administração pública direta, indireta ou das fundações de qualquer dos Poderes do Estado obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Uso politiqureiro da “máquina” pública.

- 2) **Incompetência de gestão e péssima prestação dos serviços públicos.**
- 3) **Excesso de cargos “apadrinhados”.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) **Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) **Modernizar, desburocratizar e racionalizar a gestão.**
- 3) **Instalar Ouvidorias Regionais, além de facilitar, mediante aplicativo, a comunicação da população com o Estado.**
- 4) **Gestão democrática, com efetiva participação social e virtual.**
- 5) **Combater de forma constante e sistêmica a corrupção e atos de imoralidade administrativa em todos os setores do Estado.**

**CONSTITUIÇÃO ESTADUAL
DO SERVIDOR PÚBLICO
ARTIGOS 29 A 39**

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) **Servidor não valorizado.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) **Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) **Política de Recursos Humanos objetivando a constante valorização – sobretudo financeira - do Servidor, com capacitação e incremento na Escola de Governo.**
- 2) **Valorizar e recompensar o Servidor produtivo e eficiente, com criação do plano de cargos, carreiras e salários.**

**CONSTITUIÇÃO ESTADUAL
DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Art. 40. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, das prerrogativas da cidadania, da

incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, subordinados administrativa e operacionalmente ao Secretário de Estado de Segurança Pública:

I - a Polícia Civil;

II - a Polícia Militar;

III - Corpo de Bombeiros Militar.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) **Contingente de Policiais insuficiente.**
- 2) **Fronteiras desprotegidas.**
- 3) **Unidades Policiais desestruturadas.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) **Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) **Dotar a fronteira de tecnologia digital/satélite para combater o narcotráfico/armas, instituindo uma força-tarefa com o auxílio de todas as Forças de Segurança.**
- 3) **Atacar a origem da criminalidade, combatendo desigualdades e criando oportunidades para todos.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DA RESPONSABILIDADE DO GOVERNADOR

Art. 91. Nos crimes comuns, o Governador do Estado será submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça e, nos de responsabilidade, nos termos da lei federal.

Proposta: RENUNCIAR AO FORO PRIVILEGIADO, numa demonstração exemplar do efetivo combate à corrupção a ser implementado em todas as áreas governamentais.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DA TRIBUTAÇÃO

Art. 149. O Estado orientará os contribuintes visando ao cumprimento da legislação tributária, que conterà, entre outros princípios, o da justiça fiscal.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) **Sede arrecadatória sem precedentes.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Desonerar micros e pequenos empresários.**
- 3) Rever alíquotas abusivas e desburocratizar procedimentos, com gestão virtual, além de rever favorecimentos tributários ilícitos e ilegais.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO TURISMO

Art. 171. O Estado, juntamente com os segmentos envolvidos no setor, definirá a política estadual de turismo...

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão da potencialidade turística em vários Municípios do Estado.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Criar uma efetiva política Estadual no setor.**
- 3) Promover as potencialidades em todas as regiões do Estado, criando infraestrutura necessária para tanto.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DA SAÚDE

Art. 173. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido através de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Médicos, remédios e leitos em falta em todo o Estado.**
- 2) Concentração de estrutura médica somente na Capital.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.
- 2) Regionalização e incremento de serviços de saúde em todos os Municípios do Estado.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 185. A assistência social será prestada a quem dela necessitar...

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Ações insuficientes.

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.
- 2) Fazer da desigualdade social uma Política de Estado, com a manutenção e ampliação de todos os programas sociais existentes.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO

Art. 189. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Ausência de investimentos em Pessoas, infraestrutura, merenda escolar, além de repetência e evasão.

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.
- 2) Incremento significativo na Educação, como prioridade.
- 3) Valorização do Professor e Servidores da Educação.
- 4) Dotar as salas de aula com aparelhos de ar-condicionado ou climatizadores e investimento na merenda escolar.
- 5) Fazer da Educação um instrumento de redução das desigualdades sociais, com a implantação de Projetos Esportivos em regiões de risco

social, integrando ações de Esporte e Lazer (intersectorial) e criação de Centros Esportivos como instrumento de inclusão social.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DA CULTURA

Art. 202. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional, estadual e municipal, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão total do Estado no setor cultural.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Fomentar a identidade sul-mato-grossense em vários setores culturais, com investimentos efetivos e concretos às fontes de cultura.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DO DEFICIENTE

Art. 208. O Estado assegurará condições de prevenção da deficiência física, sensorial ou mental, com prioridade para a assistência pré-natal e a infância, bem como a integração social do adolescente portador de deficiência, através de treinamento para o trabalho e para a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e remoção de obstáculos arquitetônicos.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão do Estado aos Portadores de necessidades especiais.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual;**
- 2) Enfrentamento efetivo do problema, fazendo com que as Políticas públicas setoriais cheguem às Pessoas que necessitam dessa atenção.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DO IDOSO

Art. 209. É dever de todos amparar as pessoas idosas, assegurando-lhes a dignidade e garantindo-lhes o bem-estar.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão do Estado.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Políticas públicas específicas para Pessoas da melhor idade.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 211. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento da ciência e da capacitação técnica e a pesquisa, que terá tratamento prioritário. Parágrafo único. A pesquisa científica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas regionais e para o desenvolvimento da produção no Estado

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão do Estado e recursos ínfimos.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Rever os recursos, aumentando-o de forma gradativa, dotando a área de infraestrutura física e de Pessoas.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 215. O saneamento básico é serviço público essencial, sendo dever do Poder Público sua extensão a toda população, como condição básica à qualidade de vida, à proteção ambiental e ao desenvolvimento social.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Maioria dos Municípios com mínima porcentagem de saneamento básico.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Rever os investimentos da Sanesul no setor, com repasses gradativos e específicos ao Município para expandir e atingir toda a população.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DA HABITAÇÃO

Art. 218. A lei estabelecerá a política estadual de habitação, que deverá prever a articulação e a integração das ações do Poder Público e a participação das comunidades organizadas, bem como os instrumentos institucionais e financeiros adequados à sua execução, de forma a assegurar o acesso à habitação, como condição especial à qualidade de vida.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Ausência de investimentos no setor.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Garantia de habitação de interesse social em áreas urbanas e no campo, além de regularização fundiária de moradias.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DO MEIO-AMBIENTE

Art. 222. Toda pessoa tem direito a fruir de um ambiente físico e social livre dos fatores nocivos à saúde.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão, burocracia excessiva e morosidade.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Acompanhamento real e efetivo para que o desmatamento seja estancado, com o manejo e restauração das florestas com espécies nativas.**
- 3) Proteção das águas e sistemas hídricos, com plena conservação da biodiversidade.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DA REFORMA AGRÁRIA – DA POLÍTICA DO MEIO RURAL

Art. 227. A política do meio rural será formulada e executada visando à melhoria das condições de vida e à fixação do homem na zona rural, implantando a justiça social e garantindo o desenvolvimento econômico e técnico dos produtores e trabalhadores rurais.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão e acanhamento do Estado em viabilizar efetiva reforma agrária.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Combater a desigualdade social no campo, desapropriando terras que não cumprem a função social e ambiental.**
- 3) Retomar e realizar uma regularização fundiária massiva para diferentes setores da agricultura popular e assentamento.**
- 4) Criar e estimular programas de cooperação agrícola, fortalecendo os meios e programas existentes, estimulando a agricultura popular e familiar em assentamentos, quilombolas, indígenas, iniciando um**

processo de transição para que ocorra uma reforma estrutural na produção de alimentos agroecológicos.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 234. A Administração Pública manterá plano estadual de recursos hídricos e instituirá, por lei, sistema de gestão desses recursos, congregando organismos estaduais e municipais e a sociedade civil e assegurando recursos financeiros e mecanismos institucionais necessários para garantir (I) a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas; (II) o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o rateio dos custos das respectivas obras, na forma da lei; (III) a proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso atual ou futuro; (IV) a defesa contra eventos críticos que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública ou prejuízos econômicos ou sociais.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão do Estado.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**
- 2) Criar e implantar políticas públicas específicas, além de constante fiscalização objetivando preservar tais recursos, com constante vigilância na eliminação de pesticidas e fertilizantes químicos e industriais.**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DO ÍNDIO

Art. 248. As terras, as tradições, os usos, os costumes dos grupos indígenas do Estado integram o seu patrimônio cultural e ambiental e como tal serão protegidos.

Parágrafo Único. Essa proteção se estende ao controle das atividades econômicas que danifiquem o ecossistema ou ameacem a sobrevivência e a cultura dos indígenas.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão do Estado.**

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.**

- 2) Efetiva demarcação das reservas indígenas, extensivos aos quilombolas, garantindo seus direitos e com políticas públicas de inclusão social.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

DOS DIREITOS DA MULHER

Art. 253. É responsabilidade do Estado a proteção ao mercado de trabalho da mulher, na forma da lei, bem como estabelecer política de combate e prevenção à violência contra a mulher, que incluirá os seguintes mecanismos: (I) criação e administração de Delegacias de Defesa da Mulher em todos os municípios; (II) criação e manutenção, por administração direta ou através de convênios, de serviços de assistência jurídica, médica, social e psicológica às mulheres vítimas de violência.

DIAGNÓSTICO RESUMIDO:

- 1) Omissão do Estado.

PROPOSTAS RESUMIDAS:

- 1) Obviamente, cumprir a Constituição Estadual.
- 2) Dotar os Municípios com casas de acolhimento e com realização de visitas às mulheres em situação de violência doméstica, com monitoramento.
- 3) Reduzir a desigualdade de gênero, com salário igual para trabalho igual, além de ampliação e universalização do acesso à creche para todas as crianças.
- 4) Políticas de formação e emprego para mulheres, transexuais e travestis.